

# CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



Ata da Reunião de 25 / 02 / 2015

Ata n.º 05 destinada a:

---

---

---



22  
JF

**ATA N.º 05**

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quinze na Sala de Sessões, Edifício dos Paços do Concelho desta cidade de Vendas Novas reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal tendo estado:

|                        |   |
|------------------------|---|
| <b>PRESIDENTE.....</b> | <b>LUÍS CARLOS PITEIRA DIAS</b>           |
| <b>VICE-PRESIDENTE</b> | <b>ANA CARLA ARRANJA M. DE BARROS</b>     |
| <b>VEREADORES</b>      | <b>JOSÉ MARIA RODRIGUES FIGUEIRA</b>      |
|                        | <b>PAULO ALEXANDRE V. CAÇOILAS</b>        |
|                        | <b>ELSA CRISTINA N. DOS SANTOS CAEIRO</b> |
|                        | <b>SILVIA LEONOR C. SEATRA DOS SANTOS</b> |
|                        | <b>JOAQUIM MANUEL MARQUES B. SOEIRO</b>   |

A reunião foi secretariada pelo Chefe da DAF, Hélder Páscoa Fernandes.

**ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO**

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião eram 15 H 03.

**1. PONTO – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**1.1 – Alteração à Tabela de Tarifas e Preços**

**Doc. 17/15**

Presente a proposta de Alteração à Tabela de Tarifas e Preços, acompanhado do estudo de fundamentação económico-financeira das tarifas de abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos.

Tomou a palavra o **Presidente** apresentando o documento e informando que, face aos poderes reforçados da ERSAR, designadamente de regulação e auditoria dos tarifários, bem como da legislação conexa, o executivo viu-se obrigado a rever as tarifas e nesse sentido o Município adjudicou a elaboração de um estudo de fundamentação económica e financeira destas taxas. Refere que face a esta imposição, houve uma visão social diferente e muito mais abrangente do



que existia no passado, tentando-se proteger as populações mais desfavorecidas, bem como introduzir um tarifário para as famílias numerosas e também tarifários específicos para instituições de Vendas Novas, ou seja, além dos reformados, o executivo propõe um tarifário social a todas as famílias. Refere que a proposta que é feita é muito abaixo do valor indicado pelo estudo, mas é um custo que o Município de Vendas Novas tem que suportar. Informa que esta proposta tem que ser enviada pela ERSAR, independentemente de se concordar ou não, e o executivo não concordando tem de cumprir a Lei.

De seguida a empresa que elaborou o estudo fez a sua apresentação, designadamente a alteração à estrutura tarifária.

Interveio o **Vereador José Figueira** afirmando que, independentemente da fundamentação apresentada e das explicações da empresa, os Vereadores da CDU gostariam de clarificar que não estão a colocar em causa a fundamentação económica que tem por base os dados contabilísticos do Município de Vendas Novas, informando que se irão debruçar sobre a alteração às tarifas. É dito que está em vigor a Lei n.º 10/2014, sobre os estatutos da ERSAR, mas só haverá obrigatoriedade quando sair o regulamento tarifário para as águas, enquanto isso não for aprovado, as autarquias locais têm margem de manobra para decidir o que entenderem. Obviamente a ERSAR está a querer impor a proposta que não é definitiva, afirmando que nada obriga a que o Município assuma as recomendações da ERSAR. É dito na proposta que o Orçamento do Município cobre 75 % da tarifa fixa para uso doméstico e 37 % para não domésticos, também se falando em tarifários sociais e famílias numerosas. Refere que para o tarifário social se usa o IAS, que não é atualizado desde 2009, o que comparando com o que está em vigor fará com que alguns consumidores fiquem de fora por o limite baixar. Sabe-se quais são as receitas globais do Município de 2014 e qual o grau de cobertura e qual o grau de cobertura que se prevê que venha a ser. No que diz respeito às tarifas fixas de água, face ao que existe em 2014, verifica-se um aumento de 39 %, o que contraria o que foi dito. Quanto ao saneamento verifica-se um aumento de 25 % e nos resíduos sólidos urbanos não existe.

Tomou a palavra o **Presidente** afirmando que, quanto à obrigatoriedade, não é só a Lei n.º 10/2014 que introduz obrigatoriedade, também a Lei das Finanças Locais tem a obrigações a este nível. Refere que as despesas não se limitam apenas ao investimento inicial, mas também à manutenção e à exploração. Informa que, no presente dia, foi publicado um comunicado do Tribunal de Contas, que diz que a ERSAR não está a cumprir as suas competências e que tem de



Handwritten signature and initials.

fazer cumprir as diretivas legais em vigor. Refere que depois da adesão ao sistema da AgdA, a estrutura de custos se alterou profundamente, com um aumento brutal de custos. A atualização tem que ser muito ponderada. Relativamente aos tarifários sociais, a verdade é que passa a englobar todos os que tenham dificuldades e não apenas os reformados, até face às dificuldades que as famílias passam. Afirmo que a CDU não fez nenhum ajustamento à nova realidade, acrescentando que esta proposta não garante a cobertura dos custos, mas faz uma aproximação de forma ponderada e equilibrada. Informa que até Setembro de 2013, dos cerca de 2,5 milhões de euros com o sistema da AgdA, estavam pagos cerca de 300 mil euros e essa situação é incomportável. Afirmo que o executivo quer aproximar-se da cobertura dos custos de forma mais equilibrada, mas tem consciência que as famílias não podem suportar esse custo. O executivo quer ficar num ponto intermédio entre o que tem hoje e a cobertura de custos, o que não pode é ficar de “braços cruzados” à espera que a ERSAR fixe essas taxas e aí sim, ter-se-ão tarifários brutais que as famílias de Vendas Novas não suportarão.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** afirmando que nenhum político quer tomar estas medidas, mas o que o executivo procura fazer é o mais justo e socialmente mais equilibrado, face a tantos anos de passividade.

Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** referindo que o Município de Vendas Novas tem os regulamentos publicados em Diário da República, de acordo com as Leis que estavam em vigor, não havendo qualquer necessidade de alterar os mesmos, apenas as tarifas. Afirmo que não disse que com as tarifas sociais, que o leque não ia aumentar, sabendo que entram uns e outros saem, não sabendo o saldo. De toda a maneira, com esta proposta, por exemplo uma família que consome 10 m<sup>3</sup>, tem um aumento de 39,5 %. Relativamente ao comércio e indústria, com um consumo de 20 m<sup>3</sup>, haverá um aumento de 40 %, na indústria podendo ter aumentos de 47 % em alguns escalões. Refere que a proposta incorpora aumentos com alguma expressão e que se poderia encontrar outro tipo de modelo, mas optou-se por ficar a meio caminho, mas este meio caminho é tortuoso para muitas famílias e para muitas micro e pequenas empresas.

Interveio o **Presidente** afirmando que nunca disse que no passado não foi cumprida a Lei. O que se pôde constatar é que até setembro de 2013 se teve um custo de 2,5 milhões de euros, dos quais foram pagos 300 mil euros, acrescentando que quando não se tenciona pagar não se faz nada, tendo sido fácil não aumentar a água, mas este executivo pretende pagar a tempo e horas. Afirmo que o executivo não pode esperar que venha alguma entidade externa dizer que a água passa para



## CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

5 € o m<sup>3</sup>. Tem que ser o executivo a agir de forma a defender as famílias. De seguida, refere que não se pode fazer as leituras que o Vereador José Figueira fez, pois essa leitura não pode ser linear. Quanto ao tarifário social, informa que a redução do limite será de cerca de 30 euros e o leque de abrangência será consideravelmente maior. Relativamente ao caminho e ao facto de ser tortuoso, refere que de facto se fosse fácil estaria cá a CDU para fazer, mas como não é fácil está cá este executivo para fazer e seguirá o caminho que é necessário seguir, pois quando se segue o caminho mais fácil chega-se a fins mais difíceis. Afirma que o executivo sabe que politicamente está a fazer o mais difícil, mas sabe que está a fazer o mais correto.

**A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos vereadores José Figueira, Paulo Caçoilas e Sílvia Santos aprovar a proposta de alteração da tabela de tarifas e preços e o estudo de fundamentação económico-financeira.**

### **1.2 – Adjudicação da venda de uma parcela de terreno destinada a construção urbana, lote 7, sito na Rua Francisco da Costa Gomes**

Na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 4 de fevereiro de 2015, e da abertura do concurso público para adjudicação da venda de uma parcela de terreno destinada a construção urbana, lote 7, sito na Rua Francisco da Costa Gomes, em Vendas Novas, presente o relatório de análise do referido concurso.

**A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos vereadores José Figueira, Paulo Caçoilas e Sílvia Santos, adjudicar a venda, de acordo com o relatório do júri, à Associação das Testemunhas de Jeová, pelo montante global de 60.500,00 €, nas condições previstas no artigo 3.º do Caderno de Encargos.**

### **2. PONTO – Período de Intervenção Aberto ao Público**

**Não houve intervenções do público.**

### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

Para que as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, **foi aprovada, por unanimidade.**



## CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

### **FORMA DE VOTAÇÃO**

Todas as deliberações tomadas na presente reunião foram objeto de votação nominal.

### **CONCLUSÃO DA ATA**

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal encerrada a reunião eram 15 H 50 sendo a presente ata assinada pelo Sr. Presidente, Luís Carlos Piteira Dias e por mim, Hélder Páscoa Fernandes, na qualidade de Chefe da DAF, que a redigi e lavrei.

Os documentos identificados na presente ata são arquivados no maço de documentos respeitantes ao ano de 2015.

**O Presidente da Câmara Municipal**

**O Chefe da DAF**

Vendas Novas, 25 de fevereiro de 2015



## CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Aprovada, por unanimidade, na reunião realizada em 22/07/2015.

### O Presidente

### Os Vereadores

Ana Carla Arranja M. de Barros

José Maria Rodrigues Figueira

Paulo Alexandre Valentim Caçoilas

Elsa Cristina N. dos Santos Caeiro

Sílvia Leonor C. Seatra dos Santos

Joaquim Manuel Marques B. Soeiro